

O RETORNO DOS MUROS NA ERA GLOBAL

João Carlos Soares ZUIN¹
Laís Barreto da SILVA²

Resumo: O presente artigo descreve e analisa alguns dos fatores que influenciam a construção dos muros na era global. Na primeira parte analisamos o sentido da construção política da emergência e do medo na Europa. Na segunda parte discutimos a construção política do racismo de Estado e as ações políticas contra os imigrantes pobres e os refugiados. Na terceira parte analisamos a estética dos muros produzidos na era global e suas funções econômicas, políticas e culturais na sociedade capitalista contemporânea.

Palavras-chave: Globalização. Migração. Muro. Racismo.

THE RETURN OF THE WALLS IN THE GLOBAL ERA

Abstract: This article describes and analyzes some of the factors that influence the construction of the walls in the global age. The first part we analyzed the sense of construction of emergency and fear policy in Europa. The second part we discuss the political construction of State racism and the discriminatory actions against poor immigrants and refugees. In the third part we analyze the aesthetics of the walls produced in the global era and their economic, political and cultural functions in contemporary capitalist society.

Keywords: Globalization. Migration. Wall. Racism.

Introdução

O sistema político e midiático na era global constrói permanentemente a política de medo e da insegurança, efetuando associações diretas entre a figura do imigrante e do refugiado com o aumento do desemprego, da criminalidade e das doenças, bem como, com o estado de degradação das cidades e decadência axiológica e cultural do país. Em seu ponto mais extremo, construiu a identificação da figura do imigrante com a violência do terror. Avaliado como um aproveitador dos direitos sociais e econômicos do Estado social, como um delinquente ou terrorista, o discurso do medo difundido pelo sistema político e midiático foi amplamente desenvolvido nas últimas décadas nos Estados Unidos e na União Europeia. Categorizado politicamente e exposto midiaticamente como um fenômeno sem precedentes na história ou como uma nova onda de invasão - uma palavra forte no imaginário coletivo de diversos países europeus ao longo de suas histórias de guerras e tragédias - as migrações de pessoas que fugiam

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Professor do Departamento de Sociologia. zuin@fclar.unesp.br.

² Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP – Brasil. Graduanda em Ciências Sociais. lais_barreto_@hotmail.com.

da morte e da fome produziram uma série de medidas e dispositivos políticos na última década do século XX: 1) a construção de normas que reviam as constituições nacionais em matéria de migração e obstaculizavam a possibilidade de refúgio e asilo e os trâmites para obtenção da cidadania no início dos anos noventa, 2) a construção dos centros de detenção e expulsão nos países da União Europeia, em especial, na Itália em meados dos anos noventa, 3) as diversas ações das polícias de fronteira e dos militares no patrulhamento do mar Mediterrâneo por países europeus e pela União Europeia com a criação da *Frontex* (intitulada Agência europeia para a gestão da cooperação operativa às fronteiras externas dos Estados membros da União Europeia) em 2005, 4) a criação de barreiras de contenção em países no norte da África através de acordos bilaterais entre países europeus e os norte-africanos no início do século XXI. O ponto mais alto da política do medo e da insegurança ocorreu em 2015 – quando milhares de pessoas entraram pelas fronteiras dos países do leste Europeu, em especial pela Hungria, República Tcheca e Áustria em direção aos países ricos e industrializados como a Alemanha, França, Inglaterra –, o que potencializou as dinâmicas de controle e segurança com a decisão política de construir muros nas fronteiras.

O retorno dos muros na Europa deve ser compreendido como um problema fundamental na era da globalização econômica e política. Os muros sempre tiveram as funções de separar, proteger, controlar o ingresso e o egresso das pessoas, formar a identidade local e a nacional através da construção dos mecanismos políticos de unicidade valorativa e cultural e da imunização das patologias existentes no exterior, os atuais muros ampliam tal sentido originário. Na era da globalização econômica e política o muro global possui diversas funções interconectadas: 1) controlar os movimentos migratórios internacionais, 2) combater a imigração “ilegal”, 3) selecionar e filtrar os imigrantes “bons” e necessários como mercadoria força de trabalho e impedir o acesso dos identificados como “maus”, potencialmente causadores de problemas, 4) revigorar o debilitado prestígio do Estado-nação como força soberana que controla e vigia, contem e expulsa os imigrantes “ilegais”, os criminosos, os aproveitadores do sistema social e os terroristas, 5) legitimar o uso da força do Estado contra os imigrantes como sendo justa e imperativa para a contenção da “invasão” da sociedade nacional e 6) produzir no imaginário coletivo o senso do espaço social controlado e ordenado, mediante as promessas de retorno à ordem e à segurança, ao emprego, aos valores comuns dos autóctones e a identidade nacional.

O ano de 1989 simbolizou a força do evento que derrubou o Muro de Berlim,

contido, no final do século XX nos Estados Unidos e no século XXI na Europa, os muros proliferaram: há muros e barreiras entre os Estados Unidos e o México, Israel e a Palestina, a Espanha e o Marrocos (enclaves de Ceuta e Melilla), a Hungria e a Sérvia, o Paquistão e o Afeganistão, a Turquia e a Síria, a Polônia e a República Tcheca, a Bulgária e a Turquia, Grécia e Turquia, bem como há barreiras, chamadas recentemente por *hotspots* (um eufemismo criado para designar os campos de detenção de imigrantes sem documentos, refugiados econômicos e políticos, solicitantes de asilo), que impedem o movimento das pessoas nas cidades de fronteira da França e da Inglaterra (Calais), entre a Itália e a Áustria (Brennero), entre a Itália e a França (Ventimiglia), entre a Grécia e a Macedônia (Idomeni). O muro global visa regular o fluxo migratório conforme a demanda por trabalhadores *just in time* seja necessária pelas empresas situadas nos mais diversos territórios nacionais (MEZZADRA; NEILSON, 2014). Construído pela “fábrica da mentira” do sistema político e midiático, o muro global representa um processo de regressão da consciência histórica e política, de militarização das gravíssimas questões sociais e de construção de novas subjetividades necessárias às forças econômicas e políticas nacionais e globais. A subjetividade que cresce com a construção dos muros não é apenas insensível com o estado de guerra e de fome que afeta milhões de seres humanos, nem é somente desprovida de solidariedade e da capacidade de empaticamente compreender o que significa migrar. O sinal mais perturbador da política de construção do muro global é o total esquecimento do passado histórico - dos guetos dos campos de concentração extermínio do nazismo - e a aceitação do retorno da política de fortificações como um imperativo e uma necessidade inevitável na sociedade contemporânea.

A ação política na era global: a hegemonia da política de emergência e do medo

A queda do Muro de Berlim e o fim da URSS simbolizam os dois principais acontecimentos políticos que marcaram uma passagem de época no final do século XX (TODOROV, 2011). Não expressam somente a derrota do comunismo e a vitória do capitalismo na guerra-fria, mas também assinalam o desfecho do século de batalhas econômicas, políticas e culturais. O desaparecimento do bipolarismo político deu início à época caracterizada pela força do “evento”, do “acontecimento”, capaz de gerar profundas mudanças no sentido das palavras e na memória histórica e política, na “base das experiências” e no “horizonte de expectativas”, nos valores e nas identidades, nas

normas e nas instituições sociais e políticas (TRAVERSO, 2011, p.6). A força da ideologia vencedora da guerra-fria alterou por completo a forma e o conteúdo da democracia moderna, do sistema político construído no final da Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela regulamentação política da economia, pelos compromissos e acordos tecidos entre as classes sociais, pela participação dos trabalhadores nas decisões e estratégias nas fábricas e na vida pública, pelo reconhecimento do trabalho como um direito, pelo aumento da remuneração da força de trabalho, pelos direitos sociais e econômicos do Estado social, e que sofreu profundo processo de desmontagem desde o final dos anos setenta (AZZARÀ, 2014; MASTROPAOLO, 2014; LOSURDO, 2014).

A vitória no campo de batalha político, econômico, militar e midiático potencializou a hegemonia do discurso e da racionalidade governamental neoliberal (BROWN, 2007, 2010, 2015), sempre mais capaz de transformar profundamente a realidade social e criar uma nova ordem mundial: 1) um novo processo civilizatório assentado nos valores da liberdade privada, do livre mercado, da justiça do mercado, do individualismo autônomo e empreendedor, da competitividade e do desempenho, da rentabilidade e do progresso sem limites, do consumo ilimitado e do hedonismo como um fim em si e 2) uma radicalização do modo de produção capitalista, baseado nos processos de liberalização dos movimentos internacionais de capitais, no sistema financeiro capaz de abarcar e controlar desde a vida cotidiana das pessoas até os negócios e os Estados, no capital móvel, no trabalho precário, na contração do espaço efetuada pelas inovações tecnológicas e pelos meios de transporte mais velozes, na aceleração no ritmo das mudanças sociais e das formas de identidade, na ação empreendedora do indivíduo livre e responsável por si mesmo e nas sucessivas reformas das constituições escritas após a Segunda Guerra Mundial.

Um período histórico no qual o capitalismo contemporâneo era envolto por manifestações estéticas e políticas que enfatizavam “[...] a aura, mais além da superioridade, da existência definitiva.” (GIACCHE´, 2012, p.22). O poder absoluto de produção social de ideias e emoções pelas potências ocidentais e pelas grandes corporações, difundidas permanentemente pelos meios de comunicação de massa, estabelecia novas bases axiológicas e morais oriundas da economia (a exaltação da liberdade pessoal e privada, a valorização extrema do desempenho e do rendimento sempre crescente, o mantra da competitividade como geradora de criatividade, crescimento e riqueza), produzia as novas normas e leis escritas pela linguagem

econômica, criava as instituições internacionais para estimular e expandir a liberdade privada e o pleno desenvolvimento do comércio mundial, o estímulo e a legitimação do progresso sem barreiras e controle político, a generalização do bem-estar e da felicidade vinculada ao consumo de mercadoria, e, no limite, promovia a construção de uma era de paz no mundo livre. A sociedade capitalista contemporânea foi profundamente transformada, redesenhada em novas geografias de poder, em novas fisionomias, em novos organismos e instituições, dentro das quais, reina soberanamente “as expressões jurídicas transnacionais, que são oriundas dos sujeitos privados” que invadem o espaço outrora ocupado pelo direito público que “[...] quando assume um passo global, responde à *ratio* do mercado e da economia.” (FERRARESE, 2012, p.59).

É possível dizer que a queda do Muro de Berlim, o fim da URSS e mundialização do capital geraram a “*ruptura* e deformação das geometrias políticas” (GALLI, 2001, p.121, grifo do autor) desenvolvidas na modernidade. A deformação das geometrias políticas modernas – a perda de relevância dos sindicatos e partidos políticos, bem como do enfraquecimento e esvaziamento do Estado Social – e o declínio da democracia moderna potencializaram a formação de novas geografias do poder, criadas pela força sempre mais potente das grandes corporações transnacionais para ordenar o mundo como um mercado articulado de áreas econômicas em elevada competitividade e em busca de imediato aumento real da produtividade e da rentabilidade.

No início da década de noventa, uma espécie de segunda *belle époque* ou a *belle époque da globalização* (GIACCHÉ, 2002; AMIN, 2009; REVELLI, 2010; VECA, 2010) foi promovida pela mundialização do capital financeiro e pelas das grandes corporações transnacionais. Nos diversos meios de comunicação – rádios, jornais e telejornais, revistas e periódicos, seriados de televisão, filmes e na incipiente rede de comunicação da internet –, os valores ocidentais da liberdade pessoal, da economia de livre mercado, da democracia representativa eram transmitidos diariamente como valores fundamentais e destinados ao alcance universal de existência. Novas expressões, siglas, jargões culturais e políticos foram difundidos em escala planetária, para legitimar as profundas mudanças que estavam sendo processadas na economia, na política e na cultura, tais como: mundo livre, economia global, era de prosperidade e paz, nova ordem mundial, cidadania mundial, cidadão do mundo, entre outras. Os valores do capitalismo contemporâneo materializados no individualismo sem limites, na livre concorrência entre os agentes, na elevação expansiva da oferta de crédito para a

produção e o consumo de sempre novos bens, produziram uma exuberância econômica caracterizada pela expansão contínua dos mercados e das mercadorias, pelas inovações tecnológicas, pela desregulamentação dos pactos e acordos entre o capital e o trabalho que possibilitaram uma fantástica construção e acumulação de mais-valor e concentração de poder.

A euforia e os prazeres prometidos na “*belle époque da globalização*” foram rapidamente consumidos no final do século XX. Em menos de dez anos, as gravíssimas crises econômicas e políticas que arrasavam países e continentes, o retorno da política de força e da guerra como meio de resolução dos diversos conflitos e tensões, promovem o aumento dos fluxos migratórios de pessoas provenientes dos países arrasados pela guerra e pela miséria, alterando drasticamente as promessas do cenário ideológico desenhado pelas potências ocidentais vencedoras da guerra-fria. Os jargões políticos e midiáticos que ressaltavam a era da liberdade plena do indivíduo, da sociedade aberta, das virtudes inatas e das oportunidades da economia de livre mercado e sem regulamentações, das possibilidades múltiplas de enriquecimento pessoal, dos prazeres do hedonismo sem fim, foram substituídos por novas expressões e palavras de ordem. A efemeridade da “*belle époque da globalização*” foi marcada pela construção da política de “tolerância zero” e pela severa repressão dos crimes e delitos urbanos (WACQUANT, 2001, 2010; FERRAJOLI, 2011, 2013a), pela militarização das fronteiras e combate aos imigrantes sem documentos de estada (DAL LAGO, 2004, 2010; ZOLO, 2004, 2006, 2010; FERRAJOLI, 2006, 2009), pelas sucessivas reformas das constituições nacionais e das normas contidas nos tratados internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial (RODOTÀ, 2011, 2012; FERRAJOLI, 2011, 2013a, 2013b; FERRARESE, 2012), pela guerra como meio permanente de resolução dos conflitos e pelo combate sem restrições aos novos inimigos do ocidente e da humanidade (BURGIO, 2005; ZOLO, 2004, 2006, 2010, 2011; FERRAJOLI, 2006; DAL LAGO, 2010, 2012; MINI, 2013). As sucessivas crises econômicas e políticas no século XXI e a escalada da guerra produziram múltiplas consequências e efeitos em todo o tecido social, mas, sobretudo, a hegemonia do discurso político do medo e da insegurança que impactou profundamente o sentido da ordem social e da democracia nas principais potências ocidentais.

A aura que cobria o capitalismo contemporâneo não possibilitava a percepção das dinâmicas econômicas e políticas que aceleraram a mundialização do capital e produziram uma proliferação de novos fenômenos sociais: o fenômeno da

desregulamentação dos acordos e compromissos de classes, o fenômeno da liberalização dos movimentos dos capitais, o fenômeno da desindustrialização das economias dos principais países ocidentais e do desemprego em massa, o fenômeno do esvaziamento das atividades de produção de mercadorias nas tradicionais cidades indústrias, o fenômeno do deslocamento das principais companhias e corporações, o fenômeno da construção de cadeias produtivas sempre mais longas e extensas que articulavam no mesmo processo produtivo os mais diversos países e culturas, o fenômeno das sucessivas reformas nas leis e constituições nacionais, o fenômeno da generalização dos valores do liberalismo (o livre comércio, a unificação dos mercados, o dismantelamento do Estado Social, as privatizações, o hiperindividualismo, a hipercompetitividade, o hiperconsumismo), o fenômeno do crescimento vertiginoso da desigualdade de renda e recursos entre as pessoas e países.

As devastadoras crises econômicas e o aumento extremo da competitividade modificaram não apenas a relação moderna entre a política e a economia, que progressivamente permitiu que as forças econômicas das grandes corporações controlassem o senso da política e construíssem autonomamente o sentido da realidade na sociedade contemporânea. Na era da globalização econômica e política controlada pelas forças do mercado, os vínculos com o passado histórico foram progressivamente esvaziados. O filósofo do direito Luigi Ferrajoli, analisando as crises econômicas e da democracia moderna nas últimas décadas do século XX, afirmou que “[...] a perda da memória das tragédias do passado e daqueles “nunca mais” que após a Segunda Guerra Mundial originaram o novo constitucionalismo democrático.” (FERRAJOLI, 2013b, p.142), reconfigurou profundamente a percepção e ação das forças sociais e políticas. A fragilidade da memória histórica e a complexidade das relações econômicas que se desenvolveram em diversos espaços locais, nacionais e globais, livres do controle das forças políticas, movidos pela necessidade da extração de recursos e processos produção de mercadorias sempre mais vorazes e competitivas, alteraram não apenas a relação moderna de controle da política sobre a economia, mas também a forma de percepção dos conflitos e das contradições produzidas na sociedade capitalista contemporânea.

É sempre mais difícil a compreensão dos indivíduos dos motivos que causaram a permanente sensação de insegurança e da incerteza, a queda da renda e do empobrecimento, a generalização do trabalho precário e o aumento do desemprego. O vertiginoso crescimento das desigualdades de renda e recursos produzidas pela globalização econômica e política, possibilitou o surgimento de novas formas de medo.

No ensaio *Sobre o medo* o filósofo italiano Danilo Zolo (2011) afirma que o “medo global” é formado pelos processos políticos que reduziram e esvaziaram as funções de proteção e segurança do Estado social, pelas transformações nas instituições sociais que não são capazes de formar a identidade e a coesão comum necessárias para que exista o efetivo senso de pertença entre os indivíduos e os cidadãos, pelos processos de decomposição do tecido social dos valores comuns da sociedade nacional. A proliferação do sentimento de insegurança e de medo foi ampliada pela presença do outro, em especial, do imigrante, com o aumento da mobilidade das migrações em direção aos países ricos e desenvolvidos do ocidente. É possível dizer que a construção social da figura do imigrante sem documento, denominado pela linguagem do discurso político hegemônico como “imigrante ilegal” e “pessoa ilegal” (DAL LAGO, 2004; FERRAJOLI, 2009, 2011, 2013a, 2013b), simboliza um dos principais problemas da era global.

Desde os anos noventa, na Europa e nos Estados Unidos da América, as ações políticas voltadas para conter os chamados “fluxos” migratórios agravam as graves contradições e paradoxos existentes nos processos de globalização político e econômico. Muito mais do que uma inflexão na política dos direitos humanos fundamentais, o que se assiste atualmente é a formação de um novo processo político civilizatório, dentro do qual, a figura do imigrante “ilegal” desempenha importantes funções econômicas, políticas e culturais: 1) a figura do imigrante é utilizada politicamente pelos diversos partidos políticos populistas e xenófobos como um novo inimigo da pátria (RIVERA, 2003; DAL LAGO, 2004; FERRAJOLI, 2011). O sistema político e midiático formado por discursos políticos, deliberações dos executivos dos governos, pelos institutos de pesquisa (*think tanks*), contribui significativamente para modificação da percepção, avaliação e relacionamento com o outro, com o diverso e com o estrangeiro. Uma poderosa “fábrica do medo” (FERRAJOLI, 2011; GIACCHÉ, 2011), efetua a demonização da figura do imigrante, identificado como o “bode expiatório” (BURGIO, 2001, 2010; RIVERA, 2003, 2016; FERRAJOLI, 2006, 2011) responsável pela decadência da cultura e integridade nacional. O imigrante “ilegal” passou a ser parte fundamental dos discursos e estratégias políticas que visam construir e obter um consenso político nas últimas décadas (BAUMAN, 2000, 2008, 2009; ZAGREBELSKY, 2010; ZOLO, 2010, 2011; BURGIO, 2001, 2010, 2012); 2) o imigrante é utilizado economicamente no processo de valorização do capital através da vertiginosa redução do valor da força de trabalho na economia formal, da extrema

exploração do trabalho sempre menos regulamentado e garantido pelas reformas nas leis trabalhistas (DAL LAGO, 2004; GALLINO, 2011, 2012; SASSEN, 1999, 2013, 2014; GIACCHE´, 2012); 3) serve, também, como elemento físico no qual são descarregadas furiosamente as tensões, frustrações, medos e inseguranças acumuladas pelos indivíduos e cidadãos (JERVIS, 1995; BURGIO, 2001, 2010, 2012; RIVERA, 2003, 2008; REVELLI, 2010, 2012; RECALCATI, 2013).

As funções estão articuladas entre si e, no seu ponto mais extremo, a figura do imigrante é utilizada pelo sistema político e midiático para desviar à atenção dos indivíduos e cidadãos das questões reais que afetam e afligem a sua existência: o trabalho precário, a remuneração sempre mais insuficiente (o trabalho pobre), as crises na família, nas relações sociais e nas instituições oriundas das transformações produzidas pela mundialização do capital (a vida precária, o hiperindividualismo e a hipercompetitividade, o hiperconsumismo).

O muro global

No ano de 2015, a política de discriminação e combate das “ondas”, “fluxos”, “invasões” de imigrantes “ilegais” foi ampliada com a construção de diversas linhas de contenção de milhares de pessoas que fugiam dos países arrasados pela guerra, miséria e fome em busca de refúgio, asilo e permanência nos países europeus. As imagens dos guardas de fronteira com cachorros para intimidar a massa de pessoas em posição de suplica ou para deter os que corriam por meio de campos e cidades, as cenas registradas de refugiados com o braço marcado por números na República Tcheca (TALIGNANI, 2015; RAME, 2015; HERREROS, 2015), o retorno do uso de arame farpado e de muros improvisados construídos para separar e evitar o ingresso de imigrantes ou para contê-los em áreas fortemente controladas pelas forças policiais e militares na Hungria, Áustria e Polônia, os trens abarrotados de imigrantes, representam a materialização do pesadelo e do temor de dois sobreviventes e narradores da tragédia do Holocausto: Primo Levi e Grete Weil. Para Primo Levi, em seu último esforço de reflexão acerca do universo concentracionário, afirmou que o *Lager* (campo de concentração e extermínio) “[...] aconteceu: logo pode acontecer de novo: este é o ponto principal de tudo o que temos a dizer.” (LEVI, 1986, p.164). Em 1985, a escritora alemã Grete Weil, que vivenciou a ascensão do nazismo e experimentou o exílio na Holanda, escreveu no ensaio *Generationen* que “mais o tempo passa, mais Auschwitz se aproxima” (WEIL,

1985, p.6). É uma afirmação que merece a mesma atenção contida no alerta do sonho traumático de Primo Levi: para ambos, Auschwitz não deve estar contido apenas no espaço territorial e no tempo histórico do nazismo, mas representa **permanentemente** um problema central da modernidade, que pode retornar e ser construído em novas formas de discriminação, racismo e violência extrema.

É possível dizer que o racismo é atualmente um produto fabricado pelos movimentos sociais, partidos políticos e governos, bem como produzido e transmitido pelos meios de comunicação de massa. Pietro Basso (2010) aponta para a existência de diversas “fábricas de venenos racistas” existentes na atualidade na sociedade capitalista contemporânea. São forças sociais e políticas que difundem o medo e a insegurança, manipulando as emoções e os sentimentos de aversão, insegurança e temor dos indivíduos e cidadãos dos principais países ricos e desenvolvidos do Ocidente. É muito importante o sentido contido na expressão “fábrica de venenos racistas”, na qual ocorre a síntese entre a produção, a circulação e o consumo de ideias xenófobas e racistas, bem como, a capacidade das forças econômicas e políticas em atingir as emoções ordinárias dos indivíduos e dos cidadãos, produzindo uma nova subjetividade. A utilização da fábrica que gera venenos xenofóbicos e racistas, espaço e principal força no qual a modernidade se desenvolveu, expressa a produção política de ideias e imagens que buscam produzir profundas mudanças nas mentalidades e comportamentos dos indivíduos, bem como reações favoráveis aos intentos de modificação de normas constitucionais: as “fábricas do veneno racista” dos movimentos e partidos políticos de extrema direita, como também de partidos de centro-esquerda, criam ideias e emoções contidas na forma de narrativas e *slogans* ideológicos forjados tanto como diagnósticos que dotam de um único sentido os problemas complexos inéditos da globalização econômica e política, quanto para servirem de terapias para as mudanças urgentes e profundas nas constituições construídas no curso do século XX.

Na nova ordem mundial a força da política de desumanização e discriminação dos imigrantes sem documentos de estada e dos refugiados de guerra e da miséria produziram os novos espaços e geometrias políticas de linhas de contenção, barreiras de arame-farpado e muros de diversos materiais com a intenção de conter os fluxos de migração. Os muros estão sendo construídos em diversos países, não obstante a experiência histórica das linhas de separação e clivagem dos guetos nos anos trinta, dos campos de concentração do nazismo da década de quarenta e, posteriormente, do Muro de Berlim. Não se trata somente de um paradoxo ou de mais uma demonstração da

incapacidade da real apreensão das trágicas experiências do passado, mas, como queremos demonstrar, as novas linhas de separação e fortificação representam uma manifestação própria da dialética da globalização econômica e política: 1) os movimentos dos capitais e das mercadorias, bem como daqueles que personificam o capital em suas diversas formas ou ocupam postos de importância na esfera econômica e política, podem transitar pelo espaço global e nacional sempre com maior facilidade, enquanto aqueles que personificam a força de trabalho de baixa qualificação ou são refugiados econômicos de países arrasados pela guerra e pela miséria, pela fome e pelas mudanças ambientais, experimentam a sempre maior dificuldade de migrar. Logo, se os capitais e mercadorias podem passar pelas fronteiras legalmente mediante os recentes acordos e tratados econômicos e políticos que criaram a infra e a superestrutura da globalização econômica e política, os seres humanos são impedidos de ingressar nos espaços nacionais e comunitários e, com isso, o direito de migrar (*jus migrandi*) é não apenas esvaziado, restringido, mas tende a ser eliminado na era global; 2) os novos muros expressam a força do processo político de restrição, esvaziamento e, no limite, da negação dos direitos humanos fundamentais, ao mesmo tempo, que funcionam como um dispositivo de controle, manipulação e dominação da força de trabalho mundial pelas forças econômicas que comandam os processos de globalização econômico e político. Um duplo movimento político que reelabora o passado histórico esvaziando as conquistas e as garantias contidas no ponto alto dos direitos humanos no século XX, ao mesmo tempo, que produz uma realidade social sempre mais desigual em possibilidades de vida, direitos, recursos e renda.

A estética social do muro global: a separação étnica e os novos espaços políticos de exclusão na contemporaneidade

A atual política de construção de muros nas fronteiras nacionais são manifestações estéticas cuja primeira função é a organização do todo o espaço territorial. Trata-se de uma arquitetura política de segurança e proteção, que utiliza o ferro, o aço e o concreto na construção de obstáculos físicos erguidos como respostas às crises econômicas, políticas e culturais. Sua estética ameaçadora e sua mensagem política da segurança do território nacional – materializada na pluralidade de formas como altas grades, arames farpados, estacas fincadas ao solo, muros de concreto, agregados aos dispositivos eletrônicos de vigilância e controle –, visa recuperar a

soberania do Estado na era global. Outrora, tais barreiras forneciam segurança e proteção do território às ameaças de invasão e conquista de forças estrangeiras e inimigas, contudo, atualmente a substancialidade do muro tem como prerrogativa a contenção de fluxo de pessoas, principalmente, de migrantes pobres. Desse modo, a proliferação dos muros intensifica a criação dos novos espaços de exclusão e violência, gera o cenário de manifestações estéticas que procuram reafirmar a soberania e potência do Estado nacional, assim como ampliar o alcance da retórica alarmista e catastrófica, discriminatória e racista dos empreendedores do medo (BURGIO, 2010): os movimentos sociais xenófobos, os partidos políticos de extrema direita, os institutos e fundações (*think tanks*), os canais de televisão, os jornais, os produtos da indústria do cinema, etc.

Para a filósofa Barbara Carnevali, a estética social deve ser interrogada enquanto processo formativo e comunicativo de valores e ideias, ações e relações sociais, estilos de vida e identidades que, no limite, configuram o sentido da ordenação da sociedade. Carnevali (2012, p.9) afirma “[...] o que sabemos sobre os outros, e que os outros sabem de nós, está essencialmente baseado em aparências.”, assim sendo, analisar as manifestações fenomênicas da política de construção dos muros permite compreender o sentido dos princípios políticos organizativos da vida material dos indivíduos dentro do espaço, bem como a separação identitária e étnica entre o autóctone e o estrangeiro, o eu e outro, o igual e o diferente. Sua arquitetura materializa o medo e a aversão pelo outro, a necessidade das linhas políticas de separação e controle, bem como, o crescente isolamento dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea. Desse modo, tal estética reproduz o sentido e o significado das profundas transformações ocorridas nas últimas décadas: a intensificação da retórica do estado de emergência, a lógica dualista e maniqueísta e, sobretudo, a forma hegemônica da política que manipula as emoções e os sentimentos, a mentalidade e os comportamentos, os hábitos e as atitudes nos indivíduos cada vez mais fragmentados e isolados, amedrontados e perplexos.

Em *Estados murados, soberania em declínio* a filósofa norte-americana Wendy Brown analisa o estado atual da fragilidade e do esvaziamento da democracia moderna, da perda de soberania do Estado social, da ruptura do tecido social causada pelas dinâmicas econômicas e políticas da globalização e do estado de ânimo dos cidadãos inseguros e frustrados. A estética social dos muros, segundo Brown, manifesta a potência extrema da “arquitetura de segurança” (BROWN, 2010, p.74) na era global. Os muros são reações contrárias ao movimento e mobilidade das forças globalizantes, são

responsáveis por criar novos espaços fechados caracterizados pela intensa militarização e violência contra aqueles que desejam ingressar no território nacional. Provocam, portanto, a cisão entre as pessoas, ao negar a ideia da pessoa como ser de direito, que leva os direitos consigo no processo de migração, promovendo o esvaziamento dos direitos humanos fundamentais inseridos na concepção pública e democrática de convivência.

A intensa proliferação de barreiras compõe uma nova geometria do poder e uma nova ordem mundial caracterizada pelo retorno da guerra como meio de resolução dos conflitos e das questões sociais, pela radicalização da extrema direita, pela supressão de conquistas contidas nos direitos sociais e econômicos, pela força da lógica identitária étnica na vida social mediante o contexto de emergência permanente. Cada vez mais a lógica neoliberal, combinada com a aceleração da dinâmica temporal, intensifica as diferenças econômicas, políticas e culturais ao incitar a formação de figuras dicotômicas e antagônicas no imaginário coletivo, aprofundando demarcações intersubjetivas, fomentando o senso perceptivo discriminatório e inflamando as ideias da pureza e da impureza, do bem e do mal na sociedade nacional e na nova ordem mundial.

A política que gera o retorno dos muros, que produz a mentalidade discriminatória e a aversão social ao diverso, influencia diretamente na aceleração das transformações políticas, sociais e econômicas, responsável por alterar profundamente os valores, as concepções de mundo e as formas de interação social, fragilizando os vínculos de solidariedade e reconhecimento recíproco. Paradoxalmente, o tempo histórico da plena liberdade do indivíduo é caracterizado também pela plena ansiedade e incerteza, pelo medo do desemprego, da vida precária, do empobrecimento e da exclusão social. Esse novo sujeito, outrora enraizado no ideal do Estado nacional e nos valores fincados na pátria, atualmente, segundo o filósofo coreano Han (2015), está cada vez mais isolado, e compõe com os demais um “exame digital”: não fazem parte de uma formação social coletiva bem definida, coesa e voltada ao destino em comum. São indivíduos desprovidos de espírito subjetivo próprio e reféns da própria liberdade de escolha fincadas na política de medo e insegurança; no exame, a fragmentação da vida em fatos desconexos aprofunda a sensação de que o sentido da vida não está mais entrelaçado com os demais, mas que a vida se manifesta através de fatos episódicos, desfiados, sem nexos com o passado e o futuro. Inseridos na lógica política de um novo agir racional que potencializa a esfera dos interesses particulares em detrimento de toda ética e política comum, os indivíduos sofrem psíquica e emotivamente com a aceleração

do ritmo da vida nos diversos espaços sociais: seus sentidos tendem a sofrer uma perda de vitalidade, um esvaziamento da capacidade de experimentar, compreender, criar, criticar e modificar a vida e a sociedade. Logo, no enxame, o indivíduo perde experiência coletiva e a capacidade de reflexão da própria realidade, ao concentrar sua ação no aumento do consumo, no alto desempenho e, sobretudo, pelo esvaziamento da concepção política e pela diminuição dos vínculos de convivência comum:

O tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombram os homens e mulheres no ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível, não une os sofredores: antes os divide e os separa. As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de “causa comum” [...] há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e para procurar meios de unir de novo o que foi rompido. (BAUMAN, 2003, p.48).

Os vazios existenciais do sujeito contemporâneo provocados pela radical transformação dos referenciais históricos e culturais oriundos da família, do partido político e do Estado nação, não são preenchidos com novas formas de consciência de si e do mundo. Na nova ordem mundial os indivíduos tendem à desestabilidade emotiva e cognitiva, que se tornam mais densas mediante as permanentes crises morais, econômicas, políticas e ambientais. A difusão política e midiática de informações retóricas e alarmistas acirra nos indivíduos o imediatismo dos fatos e dos acontecimentos, aprofunda a fragilidade da percepção e da reflexão do que foi informado e materializa o desejo dos muros de segurança e proteção, isolamento e controle social. Desse modo, o sistema político e midiático alcança sua máxima potencialidade com a capacidade de dominação das emoções e dos sentimentos dos indivíduos e cidadãos e com a construção de uma subjetividade que legitima as linhas de segregação e discriminação, controle e vigilância, punição e impedimento de mobilidade do outro. Logo, as dinâmicas políticas que erguem os muros empregando as mais diferentes formas materiais criam, também, os muros imateriais na forma da aversão ao diverso, do preconceito e do racismo.

A construção de novos muros de separação e a legitimação de narrativas racistas e xenofóbicas que manipulam a realidade, promovem o retorno do discurso racista, encoberto pelas construções políticas que enfatizam as diferenças étnicas opostas e irreconciliáveis. As fortificações criadas no espaço nacional indicam que o Estado “está

perdendo o seu status *a priori* e o vínculo automático com a autoridade jurídica, com a sua unidade e estabilidade”, de modo que, os novos muros codificam e militarizam os conflitos, tornando-os “permanentes e insuperáveis” (BROWN, 2010, p.82-83). Os muros “produzem o conteúdo das nações fortificadas” e correspondem as “ansiedades e desejos dos indivíduos” (BROWN, 2010, p.41 e p.107) e suas necessidades espirituais profundas. O imaginário coletivo de separação entre “nós” e “outros” são manifestações subjetivas do desejo de retorno à comunidade dos iguais que reinstaure a ordem, a proteção, a segurança e o sendo de pertença. Para Brown, o Estado na tentativa de reafirmar novamente sua soberania esteriliza os valores da liberdade e igualdade, deteriorando o espaço público ao difundir o “racismo institucional” (BASSO, 2010, p.10), que separa os indivíduos entre puros e impuros, iguais e estranhos, manifestando a ilusão performática de sua potência política em guardar a origem e a identidade étnica. Dentre tais ilusões, Brown caracteriza três categorias responsáveis pela consolidação do discurso que cria e legitima os muros na mentalidade dos indivíduos e cidadãos: 1) a “fantasia da contenção” corresponde à capacidade física dos muros em reter a entrada de invasores estrangeiros e dos perigos externos responsáveis por deteriorar o equilíbrio social da nação, 2) a “fantasia da impermeabilidade” manifesta esteticamente a imagem nacional da nação e sua potência em relação a qualquer ameaça de invasão e 3) a “fantasia da pureza” responsável pela preservação da identidade e coesão do território nacional. As três categorias são elementos fundamentais para compreensão da intensa proliferação de novos muros através da retórica da figura do inimigo e a figura do estrangeiro, ambos identificados como invasores e parasitas, encarnação do mal e da violência extrema.

Para o filósofo Alberto Burgio o “retorno” dos discursos racistas e xenofóbicos são respostas às contradições da globalização, expressando soluções simples para o restabelecimento da ordem, hierarquia e estática do território local e nacional. O discurso racista “encontra raiz e alimento neste clima reativo, enquanto oferece respostas eficazes a muitos fatores da crise”, dentre eles, as incertezas pessoais e coletivas, o medo do desemprego, as frustrações no trabalho e na vida pessoal, de modo que, a sociedade capitalista contemporânea “produz um ambiente psicológico e subcultural propício para o racismo porque o racismo descreve um mundo humano ordenado (certo, estável e protetor)” (BURGIO, 2010, p.22). Se a ciência moderna comprovou a inexistência da raça, a cada momento de crise, no qual os valores sociais perdem a capacidade de manter coeso o tecido social, o discurso racista reaparece em

novas formas de existência. Assistimos na sociedade contemporânea a ressignificação da raça no uso política da identidade étnica e em novas justificativas de formas de divisão cultural. Tal fenômeno corresponde à formação de novos referenciais para a estrutura social, política e cultural contido nos valores comunitários que provocam a sensação de proteção e segurança esvaziados pela volatilidade e permanente estado de emergência do mundo globalizado.

Burgio ressalta que o racismo é um paradoxo próprio da modernidade, pois sua base valorativa é imutável e inquestionável, funcionando como força ideológica para restabelecer a ordem e as hierarquias que justificam as desigualdades de renda e recursos, direitos e poder. Reage, portanto, contra a conquista da igualdade contida na democracia moderna, suprimindo a consciência histórica e política dos indivíduos e esvaziando os valores de base universal e democráticos. A aversão e o medo do diverso são produtos do complexo sistema “dos condicionamentos sociais, culturais e políticos” criados pelas forças sociais e políticas hegemônicas, capazes de criam os “inimigos internos” e os “bodes expiatórios” (BURGIO, 2001, 2010; RIVERA, 2003, 2016; FERRAJOLI, 2006, 2011). A formação da mentalidade discriminatória é potencializada pela manipulação e intensificação das paixões frias como medo, ódio e egoísmo efetuada dos meios de comunicação. O imaginário coletivo é condicionado estruturalmente pela política institucional racista, excludente e intolerante ao mediar e transmitir através da retórica do medo e do terror a sua capacidade de resolução dos problemas que promovem a disseminação da angústia e da frustração das pessoas em escala mundial. Para o psicanalista Massimo Recalcati (2013), a aversão e o ódio ao diverso é resultado de frustrações dos indivíduos na afirmação do próprio eu e pela busca de reconhecimento da própria identidade, da ideia de pureza étnica e da vontade de retorno ao ideal de um passado estabilizado e ordenado. Corresponde à ilusão da potência do Estado em produzir novamente segurança, proteção e sentido para as dinâmicas sociais e políticas desestabilizadoras geradas pela globalização.

Os medos produzidos pelas dinâmicas da globalização econômica e política geram nos indivíduos – sobretudo nas classes médias – a vontade de tranquilidade e certeza que, por sua vez, potencializam o desejo por uma nova ordem que impeça não apenas as frustrações e inseguranças, o medo e a angústia, mas que obstaculize as mudanças: de um senso comum e compartilhado da vida social, de hierarquias sólidas e permanentes, da autoridade forte capaz de conduzir os indivíduos à realização dos seus desejos. O medo dos indivíduos perante as transformações nos espaços econômicas, políticos e

culturais contribui para a construção política da **mentalidade autoritária**: que se aferra na necessidade de certezas axiológicas e hierarquias estáticas que ordenem as ontologias desiguais em seus papéis e funções, que mantenha vigente a lógica de reconhecimento do mérito e do direito dos autóctones e, conseqüentemente, do não reconhecimento daqueles que não são identificados como pessoas.

É possível dizer que a construção do homem econômico pelas forças vencedoras da guerra-fria, do ser humano que sente, pensa e age segundo a ação racional empreendedora que calcula os custos da utilidade, interesse e satisfação pessoal em todos os espaços sociais, está adquirindo uma nova forma no início do século XXI: a do “*homo munitus*” (BROWN, 2010, p.41), do **homem fortificado**, que ergue diversas barreiras de proteção em sua vida pessoal (da forma de residência protegida por muros e condomínios fechados, criados para reunir pessoas que se identificam com valores e relacionamentos subjetivos baseados na identidade étnica ou em nível de renda) e que legitima as barreiras políticas securitárias da sociedade. Tal transformação aprofunda o senso de separação entre as pessoas e os países, os valores e as experiências de vida, as culturas e os projetos políticos. Nas vidas e nos espaços segmentados e fortificados reina a lógica política das cisões e contraposições que criam e proliferam os estigmas e os preconceitos, as xenofobias e os racismos, em uma palavra, as violências no cotidiano do espaço local e nacional – rondas de cidadãos que caçam imigrantes, desprezo verbal e físico, atos discriminatórios e racistas, assassinatos –, e as tragédias e catástrofes das guerras em curso na atualidade.

Conclusão

A estratégia política da construção de muros produz espaços de violência e discriminação em diversos países regiões. Na nova cartografia da ordem mundial as forças políticas hegemônicas transformam os rios, mares e oceanos, as ruas e estradas, os campos e as cidades em novos espaços políticos que possibilitam a efetiva materialidade do “grande cemitério do gênero humano”, conforme a clássica definição de Immanuel Kant em *À paz perpétua* (1785), ao expor aquilo que ocorre historicamente conforme a razão crítica não se aproxima do direito e o direito não seja a positivação da razão que humaniza as ações e relações entre indivíduos, associações, instituições e Estados. Para Danilo Zolo, o antagonismo entre a população mundial ameaçada pela fome e miséria e pela expectativa da morte e a população dos principais

países ricos e desenvolvidos gera os fenômeno de “declínio dos direitos” e da própria “base da civilização jurídica ocidental”: os inúmeros conflitos racistas e xenófobos “[...] estão escrevendo a parecem destinados a escrever nas próximas décadas algumas das páginas entre as mais fúnebres da história civil e política dos países ocidentais.” (ZOLO, 2010, p.113).

A política de construção dos muros que cria o *homo munitus*, que contido dentro das linhas de separação e segregação com o diverso acredita estar seguro e protegido das lógicas inerentes da globalização econômica e política, gera também a permanência da política do medo e a obsessão securitária presente nos discursos do sistema político e midiático. Os muros e a retórica da segurança estão suprimindo na gramática moral e nas reformas constitucionais a presença dos direitos humanos fundamentais. Estão transformando os espaços, nos diversos níveis das diferentes esferas sociais, e, dentro de cada um deles, as formas de subjetividade e de vida que resignadamente, ou movido pela vontade de restrição dos direitos, aceitam a construção dos muros que separaram nas cidades os ricos e os pobres, nas fronteiras o cidadão e o estrangeiro, e, no limite, no mundo, o indivíduo detentor de recursos, rendas e direitos e os indivíduos pobres, desnecessários e desprovidos de direitos, em uma palavra, nas diversas formas de barreiras e muros está presente a dinâmica política vitoriosa que separa a pessoa da não pessoa.

* A tradução dos textos em língua estrangeira é de responsabilidade dos autores.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **La Crisi: uscire dalla crisi del capitalismo o uscire dal capitalismo in crisi?** Milano: Edizioni Punto Rosso, 2009.
- AZZARÀ, S. G. **Democraziacercasi.** ReggioEmilia: Imprimatur, 2014.
- BASSO, P. (Org.) **Racismo di Stato: Stati Uniti, Europa. Italia.** Milano: Franco Angeli, 2010.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BAUMAN, Z. **Archipiélago de excepciones.** Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- BAUMAN, Z. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Z. **La solitudine del cittadino globale.** Milano: Feltrinelli, 2000.

BROWN, W. **Undoing the Demos**: neoliberalism's stealth revolution. New York: Zone Books, 2015.

BROWN, W. **Walled States**: waning sovereignty. New York: Zone Books, 2010.

BROWN, W. **Les habits neufs de la politique mondiale**: néolibéralisme et néo-conservatisme. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.

BURGIO, A. **Il razzismo**. Roma: Ediesse, 2012.

BURGIO, A. **Nonostante Auschwitz**: Il "retorno" del razzismo in Europa. Roma: Derive Approdi, 2010.

BURGIO, A. La guerra contro i diritti. In: BURGIO, A.; DINUCCI, M.; GIACCHÉ, V. **Escalation**: anatomia della guerra infinita. Roma: Derive Approdi, 2005. p.189-279.

BURGIO, A. **La guerra delle razze**. Roma: Manifesto Libri, 2001.

CARNEVALI, B. **Le apparenze sociali**: una filosofia del prestigio. Bologna: Il Mulino, 2012.

DAL LAGO, A. **Carnefici e spettatori**: la nostra indifferenza verso la crudeltà. Milano: Raffaello Cortina Editore, 2012.

DAL LAGO, A. **Le nostre guerre**. Roma: Manifesto Libri, 2010.

DAL LAGO, A. **Non-persone**: l'esclusione dei migranti in una società globale. Milano: Feltrinelli, 2004.

FERRAJOLI, L. **Dei diritti e delle garanzie**. Bologna: Il Mulino, 2013a.

FERRAJOLI, L. **La democrazia attraverso i diritti**. Roma: Laterza, 2013b.

FERRAJOLI, L. **Poteri selvaggi**. Roma: Laterza, 2011.

FERRAJOLI, L. La criminalizzazione degli immigrati. **Questione Giustizia**, Milano, n.5, p.9-18, 2009.

FERRAJOLI, L. Il diritto penal del nemico e la dissoluzione del diritto penale. **Questione giustizia**, Roma, n.4, p.797-812, 2006.

FERRARESE, M. R. **Prima lesione di diritto globale**. Roma: Laterza, 2012.

GALLI, C. **Spazi politici**: l'età moderna e l'età globale. Bologna: Il Mulino, 2001.

GALLINO, L. **La lotta di classe dopo la lotta di classe**. Roma: Laterza, 2012.

GALLINO, L. **Finanzcapitalismo**: la civiltà del denaro in crisi. Roma: Laterza, 2011.

GIACCHÉ, V. **Titanic Europa**: la crisi che non ci hanno raccontato. Roma: Aliberti editore, 2012.

GIACCHÉ, V. **La fabbrica del falso**: strategie della menzogna nella politica contemporanea. Roma: DeriveApprodi, 2011.

GIACCHÉ, V. Perché la guerra fa male ai lavoratori (II). **Proteo**, [S.l.], n.2, 2002. Disponivel em: <www.proteo.rdbcub.it/article.php3?id_article=197>. Acesso em: 05 fev. 2003.

HAN, B-Ch. **Nello sciame**: visione del digitale. Roma: Nottetempo, 2015.

HERREROS, R. Une photo montrant des migrants marqués d'un numéro sur le bras par la police tchèque provoque l'indignation. **Huffington Post**, [S.l.], 03 set. 2015. Disponivel em: <http://www.huffingtonpost.fr/2015/09/02/photo-migrants-numero-police-tcheque-indignation_n_8075298.html>. Acesso em: 03 set. 2015.

JERVIS G. **Sopravvivere al milenio**. Roma: Garzanti, 1995.

KANT, I. **Per la pace perpetua**: un progetto filosofico. Roma: Riuniti, 1985.

LEVI, P. **I sommersi e i salvati**. Torino: Einaudi, 1986.

LOSURDO, D. **La sinistra assente**: crisi, società dello spettacolo, guerra. Roma: Carocci editore, 2014.

MASTROPAOLO, A. **La democrazia è una causa persa?** paradossi di un'invenzione imperfetta. Torino: BollatiBoringhieri, 2014.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. **Confini e frontiere**: la moltiplicazione del lavoro nel mondo globale. Bologna: Il Mulino, 2014.

MINI, F. **La guerra spiegata a...** Torino: Einaudi, 2013.

RAME, S. La polizia ceca marchia i migranti con numeri sul braccio. **Il Giornale**, [S.l.], 02 set. 2015. Disponivel em: <<http://www.ilgiornale.it/news/mondo/budapest-accampamento-stazione-1165596.html>>. Acesso em: 03 set. 2015.

RECALCATI, M. **Patria senza padri**. Roma: Minimum Fax, 2013.

REVELLI, M. **I demoni del potere**. Roma: Laterza, 2012.

REVELLI, M. **Poveri, noi**. Roma: Einaudi, 2010.

RIVERA, A. Paura, intolleranza e razzismo. **Philosophy Kitchen**: Rivista di Filosofia Contemporanea. [S.l.], 2016. Disponivel em: <<http://philosophykitchen.com/2016/01/paura-intolleranza-e-razzismo-intervista-ad-annamaria-rivera/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

RIVERA, A. Cittadini, meteci e nuovi fantasmilocali: appunti per una fenomenologia

dell'esperienza migratoria. **Quaderni di rassegna sindacale**, Roma, 2008. Disponibile em: <<https://sergiobontempelli.wordpress.com/2008/10/08/rivera/>>. Accesso em: 10 dez. 2008.

RIVERA, A. **Estranei e nemici**. Bari: Derive-Approdi, 2003.

RODOTÀ, S. **I diritto di avere diritti**. Roma: Editori Laterza, 2012.

RODOTÀ, S. **Diritti e libertà nell'istoria d'Italia: conquisti e conflitti 1861-2011**. Roma: Donzelli Editore, 2011.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the Global Economy**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SASSEN, S. **Inmigrantes y ciudadanos: de las migraciones masivas a la Europa fortaleza**. Madrid: Siglo XXI, 2013.

SASSEN, S. **Guests and Aliens**. New York: The New Press, 1999.

TALIGNANI, G. Migranti, in Repubblica Ceca i profughi marchiati dalla Polizia: sul braccio il numero che identifica treno, provenienza e vagoni. **L'Huffington Post**, [S.l.], 02 set. 2015. Disponibile em: <http://www.huffingtonpost.it/2015/09/02/profughi-marchiati-treno_n_8075782.html>. Accesso em: 03 set. 2015.

TODOROV, T. **Muros caídos, muros erigidos**. Buenos Aires: Katz, 2011.

TRAVERSO, E. **L'histoire comme champ de bataille: interpréter les violences du XXe. Siècle**. Paris: La Découverte, 2011.

VECA, S. **La bellezza e gli oppressi: dieci lezioni sull'idea di giustizia**. Milano: Feltrinelli, 2010.

ZAGREBELSKY, G. **Sulla lingua del tempo presente**. Torino: Einaudi, 2010.

ZOLO, D. **Il nuovo disordine mondiale: un dialogo sulla guerra, il diritto e le relazioni internazionali**. Reggio Emilia: Diabasis, 2011.

ZOLO, D. **Tramonto globale: la fame, il patibolo, la guerra**. Firenze: Firenze University Press, 2010.

ZOLO, D. **La giustizia dei vincitori: da Norimberga a Baghdad**, Roma: Laterza, 2006.

ZOLO, D. **Globalizzazione: una mappa dei problemi**. Bari: Laterza, 2004.

WACQUANT, L. **Las dos caras de un gueto**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2010.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEIL, G. **Generationen**: roman. Frankfurt: Fischer, 1985.

